



# Com apenas nove meses, plano de acção para o envelhecimento está em risco

Coordenador do plano do envelhecimento diz que actividades ainda não iniciadas foram “supensas”, Nuno Marques entregou ontem relatório exigido pela ministra

Alexandra Campos

Os planos e estratégias para o envelhecimento activo e saudável em Portugal têm tido vida curta em Portugal. Depois de a Estratégia Nacional para o Envelhecimento Activo e Saudável 2017-2025, que levou um ano a ser preparada, não ter saído do papel, agora foi a vez de o plano com a mesma designação – e que foi lançado há apenas nove meses pelo anterior Governo para ser concretizado até 2026 – ter sido interrompido, ficando com uma parte das medidas e actividades previstas suspensas.

Mal o novo Governo tomou posse, percebeu-se que a estratégia e as políticas que defendia para a promoção de um envelhecimento activo e saudável em Portugal, que é já o segundo país mais envelhecido da União Europeia, era diferente da definida pelo anterior executivo. Mas só em Setembro é que a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Maria do Rosário Ramalho, convocou o coordenador do ainda jovem Plano de Acção de Envelhecimento Activo e Saudável 2023-2026 para lhe anunciar que o executivo não se revia neste documento e lhe pediu que apresentasse um relatório com o balanço pormenorizado da execução das medidas, soube o PÚBLICO.

O plano ficava a partir de então em “suspenso” e o “Governo iria comunicar uma diferente política de envelhecimento da população”, segundo revelou o coordenador, o cardiologista Nuno Marques, num email enviado para todos os municípios no início deste mês, em que anunciava que, depois de as novas medidas serem divulgadas pelo executivo, o que aconteceu no dia 2 deste mês, deixaria o cargo. “Após o anúncio das novas medidas, deixo de assumir a coordenação do plano”, assumia.

Escusando-se a revelar o teor da reunião com a governante, Nuno Marques diz agora que o que ficou “suspenso” foram “as actividades que ainda não tinham sido iniciadas”, e adianta que, como até à data não recebeu qualquer comunicação formal de exoneração, não tenciona deixar a coordenação do plano. “Não me vou demitir porque assumi um compromisso até 2026. O plano tem sido destacado e recebido de forma positiva em Portugal e no estrangeiro. O Governo tem o poder de alterar políticas e exonerar pessoas mas eu



Portugal já é o segundo país mais envelhecido da União Europeia e foi o primeiro a ter um plano

## Medidas já anunciadas

### Longevidade: qual é a estratégia do actual Governo?

No programa do actual Governo, a longevidade surge como uma prioridade. Para responder aos desafios colocados pelo processo de transição demográfica acelerado e sem paralelo na história nacional, o executivo comprometeu-se a construir “um Compromisso Social e Político para a Demografia e a Longevidade”, integrando serviços sociais e de saúde e os sectores público, social e solidário e privado, “sem cegueiras ideológicas”.

Estava também prevista a adopção de um Estatuto para o Idoso – que acabou por ser anunciado no âmbito do pacote de medidas aprovados pelo

Conselho de Ministros no dia 2 deste mês – e o reforço gradual do Complemento Solidário para Idosos, que já está em curso, além da criação de novos modelos e respostas sociais que apoiem a permanência de idosos em casa, com apoio domiciliário que inclua cuidados médicos e de enfermagem.

Está igualmente equacionado o alargamento do número de vagas comparticipadas nas respostas sociais, estendendo ao sector privado essa comparticipação. E o Governo comprometeu-se ainda a estudar a “introdução de mecanismos de reforma a tempo parcial que facilitem a transição entre a vida activa e a de pensionista”.

não recebi uma comunicação formal nesse sentido”, justifica.

Pelo contrário, sustenta. Quando, há dias, decidiu pedir esclarecimentos por escrito ao gabinete da ministra, para perceber se tinha ou não sido exonerado, a resposta que recebeu foi a de que não estava confirmada a intenção de demissão. “Até sair um despacho dos dois ministérios (Saúde e Segurança Social) que me nomearam, estou em funções. Não seria correcto demitir-me quando a máquina está em andamento”, remata.

### Actividades em curso: 94

Nuno Marques assume, porém, que estão agora “em risco” várias das 135 actividades do plano, algumas das quais estão previstas e “comprometidas” no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e do Portugal 2030. São medidas “com as quais o Governo anterior se comprometeu” e que dependem maioritariamente de verbas de fundos europeus, como é o caso do Radar Social (equipas que identificam e mapeiam a situação dos cidadãos mais vulnerá-

veis nos vários concelhos) e da “linha 60+”, exemplifica.

Ontem, o cardiologista fez o que a ministra lhe pediu em Setembro e entregou “o primeiro relatório de execução” do plano, um documento com quase quatro centenas de páginas em que faz um ponto da situação “muito positivo”. “Aos nove meses estão já em curso 94 das actividades” definidas, ou seja, “70%” do total, especifica o documento.

Mas também se avisa que, “com apenas nove meses de execução, as actividades implementadas não podem ser consideradas consolidadas, o que constitui por si só um risco para a sua continuidade”, uma situação agravada pela “instabilidade política nacional e as eleições autárquicas de 2025”, descritas como “ameaças à estabilidade necessária” para a concretização do plano. E surgem destacadas as que dependem “mais de uma coordenação eficiente para a sua concretização”, como os planos municipais de envelhecimento, a evolução dos cuidados integrados e de longa duração, as anunciadas linhas 60+ e de apoio aos cuidadores informais, entre outras.

Por tudo isto, e porque encara a coordenação do plano como “uma missão que não é remunerada”, Nuno Marques insiste em que não tenciona demitir-se. Ou seja: para sair terá que ser demitido pela tutela. “O Governo fará o que entender. Portugal foi o primeiro país europeu a ter um plano organizado e estruturado que está a servir de exemplo noutros países”, repete. O PÚBLICO pediu esclarecimentos ao Ministério da Segurança Social no início desta semana, mas não obteve respostas.

Nuno Marques confessa que ficou surpreso com o pacote de medidas para a população idosa aprovado em Conselho de Ministros no dia 2 deste mês e anunciado por Maria do Rosário Ramalho, nomeadamente o alargamento do universo dos cuidadores informais, o aumento em 3,5% da comparticipação do Estado nos lares de idosos, centros de dia e apoio domiciliário, além da criação do Estatuto da Pessoa Idosa. “Todas estas medidas são medidas que caberiam dentro do plano, mas que actuem apenas numa franja da população, enquanto o plano é estruturante e transversal. Se não actuarmos mais cedo, na prevenção, daqui a 10 anos estamos na mesma situação”, avisa.